

ANA CRISTINA AZEVEDO DE SOUZA



**O ENSINO DA ARTE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A OBRA E A
PRÁTICA ARTÍSTICA DE JORGE DOS ANJOS**
Especialização em Ensino de Artes Visuais

Belo Horizonte
Escola de Belas Artes da UFMG
2015

ANA CRISTINA AZEVEDO DE SOUZA

**O ENSINO DA ARTE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A OBRA E A
PRÁTICA ARTÍSTICA DE JORGE DOS ANJOS**

Especialização em Ensino de Artes Visuais

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais.

Orientação: Professora Mariana de Lima e Muniz

Belo Horizonte
Escola de Belas Artes da UFMG

2015

Souza, Ana Cristina Azevedo de, 1969 - O Ensino da Arte Africana e Afro-Brasileira: A Obra e a Prática Artística de Jorge dos Anjos : Especialização em Ensino de Artes Visuais / Ana Cristina Azevedo de Souza – 2015.40 f.

Orientadora: Mariana de Lima e Muniz

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais.

1. Artes visuais – Estudo e ensino. I. Muniz, Mariana de Lima e. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.

CDD: 707



Monografia intitulada *O Ensino da Arte Africana e Afro-Brasileira: A Obra e a Prática Artística de Jorge dos Anjos*, de autoria de Ana Cristina Azevedo de Souza, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Mariana de Lima e Muniz - Orientador

Prof. Dr. Maurílio Andrade Rocha - Membro da banca

Prof. Dr. Evandro José Lemos da Cunha
Coordenador do CEEAV
PPGA – EBA – UFMG

Belo Horizonte, 2015

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – CEP 31270-901

AGRADECIMENTO

Agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais. Ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais. A Universidade Aberta do Brasil. A minha orientadora Mariana de Lima e Muniz pelo apoio e incansável orientação. Ao professor Maurílio Andrade Rocha. Ao artista Jorge dos Anjos por sua trajetória artística dedicada a distintos públicos. A Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade na pessoa de Marconi Drummond e demais colaboradores. Aos Coordenadores, professores, tutores, colegas e as amigas Vilma Coelho, Ana Patrícia Castelo Branco e Camila Batista do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais. Agradeço ainda ao Senhor meu Deus que nunca me faltou. A minha querida mãe, irmãos e estimado filho pela confiança e incentivo incondicionais. A dedicada amiga Andréa Brandão e especialmente aos meus alunos que são a principal fonte da minha busca incessante pelo conhecimento e aprimoramento para o ensino das Artes Visuais.

RESUMO

No texto, procura-se destacar aspectos da Lei 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório e em especial nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil o estudo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, e que estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais no Brasil.

O objetivo desta breve pesquisa é analisar a importância da matriz africana e sua contribuição para que o ensino proporcione a experiência de se trabalhar sem medo e sem preconceitos com as diferenças para uma construção do indivíduo enquanto pessoa, e compreender o quanto essa experiência é fundamental para a ressignificação de identidades étnicas.

Palavras-chave: Lei 10.639, Arte africana e afro-brasileira, Arte-Educação, artista Jorge dos Anjos, Relações étnico-raciais, currículo multicultural.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. A Lei 10.639 e a importância de sua implementação.....	14
1.1. A LDB/Lei 10.639 e seus vetos.....	15
1.2. Os conceitos de sociedade pluriétnica e sociedade multicultural.....	17
2. Uma reflexão sobre a importância da Arte na Educação: dilemas e perspectivas para a implementação da Matriz Africana no currículo multicultural.....	19
2.1. Artista plástico Jorge dos Anjos: breve relato sobre sua trajetória.....	24
2.2. Jorge dos Anjos: Exposição Alfabeto Negro, minha experiência e seus desdobramentos.....	27
3.– A Arte Africana e Afro-Brasileira e suas possibilidades para o Ensino da Arte.....	32
3.1. A Arte do artista Jorge dos Anjos: Alguns apontamentos.....	35
3.1.1. Justificativa.....	35
3.1.2. Objetivo Geral.....	35
3.1.3. Objetivo Específico.....	35
3.1.4. Metas.....	35
3.1.5. Metodologia.....	35
3.1.6. Recursos Humanos e Materiais.....	36

3.1.7. Cronograma.....	37
4. Considerações Finais.....	38
5. Referências.....	39

INTRODUÇÃO

A importância de fazer valer a Lei 10.639 que torna obrigatório o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, para o ensino público e privado com foco na disciplina da Arte é uma inesgotável discussão, e continua fiel a seus objetivos de origem: uma discussão qualificada das questões mais relevantes da cultura e da arte de raízes africanas no Brasil.

Alguns estudiosos dessa temática, tais como José de Sousa Miguel, autor de vários trabalhos publicados, entre eles, *Educação e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras: Cruzando Oceanos*¹ e Roberto Conduru, autor de vários trabalhos publicados, entre eles o livro *Arte Afro-Brasileira*², acreditam ser essencial que o ensino abranja a experiência de lidar sem medo e sem preconceito, com as diferenças para uma construção do indivíduo.

Na obra *Educação e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras: Cruzando Oceanos*, Lopes (2009, p. 199-224) relata a experiência da professora norte-americana Jane Elliott (1933), de um experimento realizado em uma sala de aula e que mudou sua vida. Durante muito tempo, Elliott teve apoio de seus superiores no campo educacional. Elliott começou sua prática tomando como base a discriminação racial. O exercício em questão consistia em ensinar através de experiências, o significado da discriminação, como ela se manifesta e como pode mudar as pessoas. Este trabalho da professora Elliott se transformou em tema de um documentário, exibido no Brasil, no canal GNT da TV a cabo, e também disponível com o título Olhos Azuis³ na internet.

Assim como esta professora norte-americana, que focalizou em seu trabalho a troca de identidades entre opressor e oprimido, ressaltou também o trabalho do artista

¹ Lopes, José de Sousa Miguel. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Doutor em História e Filosofia da Educação Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC-SP. Autor do livro *Educação e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras: Cruzando Oceanos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Linha Ed. Tela e Texto, 2009. 224 p. ISBN: 978-85-7758-084-2.

² Conduru, Roberto. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro – PUC-RJ e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Autor de vários artigos publicados, entre eles o livro *Arte Afro-Brasileira*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007, 128 p. ISBN: 978-85-7654-047-2.

³ Cf. ELLIOTT, Jane. <https://www.youtube.com/watch?v=a6FA558Tp6s>

plástico Jorge Luiz dos Anjos (Ouro Preto, 1957). O artista Jorge dos Anjos que já expôs em países como Estados Unidos, Espanha, Portugal e França, dedica parte do seu trabalho à investigação de signos da cultura africana.

Como foi mencionado, podemos dizer que a preocupação dos educadores Lopes e Conduru, recai no reconhecimento da existência de culturas paralelas, distintas e socialmente complementares e no que deve ser trabalhado além do ensino da arte africana e afro-brasileira. Para tal, torna-se relevante o questionamento acerca de que africanidade é essa, quando se sabe que os criadores dessa arte são descendentes de africanos escravizados que foram transplantados para o Novo Mundo. Pode-se observar que toda essa mudança operou um corte e conseqüentemente uma ruptura com a estrutura social original destes indivíduos.

Esse fenômeno tem sido denominado como diáspora africana, uma ampliação do sentido original do conceito grego – ideia de dispersão, imigração dos judeus, que no caso dos africanos se caracteriza pela captura, a travessia e a chegada um novo ambiente e sua adaptação.

De acordo com Stuart Hall, o conceito de diáspora “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora.” (HALL, 2008, p.32). Outro ponto importante ao se tratar da diáspora africana, é não permitir que ela seja vista apenas como uma mudança de país e cultura. Como afirma Paul Gilroy “parece imperativo impedir que a diáspora se torne apenas um sinônimo de movimento” (GILROY, 2001, p.22), visto que houve uma situação de conflito e violência ao se retirar homens, mulheres e crianças de seus países e os mesmos foram obrigados a fazerem a travessia do Atlântico para o Novo Mundo, há de levar em consideração também que, durante a travessia eram considerados como “peças”, armazenados nos porões dos navios negreiros e tratados como cativos.

Do ponto de vista de Roger Bastide (apud Cantele, 2007, p.90), o problema que se coloca em primeiro lugar, é o de compreender como tantos elementos culturais africanos puderam resistir ao rolo compressor do regime servil. Na visão, desse

autor, para que os elementos culturais africanos sobrevivessem à condição de despersonalização e massacre de seus portadores pela escravidão, eles deveriam ter a *priori*, valores profundos.

Por outro lado, há registros, que durante a escravidão foram toleradas e até institucionalizadas as cerimônias de coroação dos Reis do Congo em Portugal a partir da chegada de africanos escravizados e submetidos à conversão ao cristianismo e à necessidade de encontrar formas de se organizar na nova estrutura social, também ocorreram cerimônias na Espanha e nas suas colônias e a posterior na América. Segundo a autora Marina de Mello e Souza,

[...] A respeito dessas festas de negros realizadas por ocasião do domingo de Pentecostes (quando no Brasil se realizavam as festas do Divino Espírito Santo), é importante ressaltar que se davam no âmbito de uma sociedade predominantemente protestante, sendo os holandeses que migraram para a América em sua maioria calvinistas. Portanto, não eram apenas em sociedade católicas que existiam reis negros. (SOUZA, 2006, p.175)

Mas essa singularidade concedida aos colonos bantos do Congo só era possível dentro do espaço das confrarias religiosas às quais pertenciam. No entanto não puderam dentro do contexto colonial e escravocrata vigente, reinventar objetos, tradicionalmente utilizados nas instituições africanas da época.

A prática religiosa dos escravos não era liberada. Para cultuar seus orixás,⁴ os escravos o relacionaram aos santos católicos com os quais era possível achar semelhanças. Assim, conseguiram adorar seus deuses africanos às escondidas sob a aparência dos ritos da religião católica.

⁴ Para uma compreensão dos orixás, remeto ao leitor as obras: *Orixás, deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. VERGER, Pierre Fatumbi. Ed. Corrupio, 1981.

Os Orixás na vida dos que neles acreditam. SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Mazza Edições, 1995. 48 p. ISBN 85-7160-029-5. As obras apresentam textos e ilustrações que comentam e mostram certos aspectos do culto dos orixás, deuses dos iorubás, em seus lugares de origem, na África (Nigéria e Togo) e no Novo Mundo (Brasil e Antilhas), para onde foram levados em séculos passados, pelo escravos.

Como se vê, a primeira forma de arte plástica afro-brasileira, propriamente dita, é uma arte ritual, religiosa. Seu nascimento seria difícil datar devido à clandestinidade na qual se desenvolveu. Essa clandestinidade, acrescentada ao caráter coletivo dessa arte, deixou no anonimato os artistas e artesãos que trabalhavam na confecção dos objetos cerimoniais.

Disso decorre o fato que essa arte, tal qual a sua matriz africana ter sido totalmente ignorada, não apenas pelo público, mas pelo mundo erudito ocidental. Tal postura contribuiu para uma visão errônea, que vê a arte africana como uma arte inferior à europeia e sua capacidade de produzir cultura sistematicamente negada, o que acabou resultando uma falta de interesse historiográfico por aquelas populações e culturas, chegando ao ponto de limitar e dificultar o acesso às informações para aqueles que se interessavam por elas. Conforme o ponto de vista de Ana Maria Lopes e Luiz Arnaut,

[...] sob o rótulo de sociedades primitivas e tradicionais foram elaboradas reflexões que apresentavam as culturas africanas como estáticas, sua população como detentora de uma forma de pensamento irracional, mítico ou fantástico. Paralelo a isso, a história ia sendo escrita por militares, missionários e viajantes que, sem suporte acadêmico, registravam impressões e conhecimentos, tentavam explicar as culturas, migrações e intercâmbios. Nessa produção que contém tanto reflexões simplistas e toscas quanto excelentes relatos e observações, podemos identificar formas de convivência na África, assim como o imaginário europeu. (LOPES; ARNAUT, 2005, p.37)

Nesta breve pesquisa, pretendo abordar no primeiro capítulo a Lei 10.639, algumas considerações sobre os vetos a ela impostos e uma breve discussão, acerca dos conceitos de sociedade pluriétnica e sociedade multicultural, fundamental para o seu entendimento.

O segundo capítulo traz descrições da obra e prática do artista plástico Jorge Luiz dos Anjos, seu trabalho de pesquisa, o fazer artístico, tendo como foco a exposição

“Alfabeto Negro” realizada na Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade no município de Itabira, Minas Gerais em 2013. Torna-se importante esclarecer que o uso do termo relações étnico-raciais presente no título deste trabalho segue as colocações de Stuart Hall (2000)

A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo. (...). A raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. (...) A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representações e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, Stuart, 2000, p. 62-63)

Evidentemente, reconhecendo, tal como o autor, que “o caráter não científico do termo “raça” não afeta o modo como a lógica racial e os quadros de referência raciais são articulados e acionados, assim como não anula suas consequências.” (HALL, Stuart, 2000, p. 63).

Dito isso, resta acrescentar que é também com este olhar sensível a uma visão preconceituosa que persiste na nossa sociedade, dita multicultural, junto ao desejo de evitar que alunos se sintam excluídos ou mesmo desvalorizados, que manifesto como necessidade fundamental incluir no rol de conteúdos e em atividades curriculares conhecimentos de matriz africana, mais corretos e atualizados.

1. A Lei 10.639 e a importância de sua implementação

Como apontado na Introdução, a importância de se valer a Lei 10.639 é uma velha e inesgotável discussão, que já foi explorada por diversos estudiosos. Mas, a luta pela inclusão da matriz africana na educação também reflete os anseios de uma grande parcela da comunidade brasileira, entre outros podemos destacar professores, alunos, instituições de Direitos Humanos, projetos comunitários e diversos movimentos reivindicatórios da sociedade civil⁵.

Os movimentos sociais trouxeram para a educação a denúncia do racismo e discriminação, da visão etnocêntrica da cultura, da realidade de que existem diferentes identidades, levando-nos a repensar a estrutura da escola. O dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura foi ressignificado como Dia Nacional de Luta Contra o Racismo e o 20 de novembro que é considerado o dia da morte de Zumbi dos Palmares, figura símbolo da resistência contra a escravidão, celebra o Dia da Consciência Negra. Tais datas agora vigoram no calendário escolar.

O processo de resistência negra não é algo novo no país. Os negros que vieram de países, com línguas e aldeias diferentes, unificaram-se nas lavouras, contra a escravidão. Houve muitas revoltas durante o sistema escravocrata no Brasil, fazendo com que o regime escravista se mantivesse sempre alerta, consolidando o escravo como agente político. Quilombos, irmandades, clubes abolicionistas, conservação de costumes lúdico-religiosos, imprensa antirracista, comunidades de terreiro. Recentemente entidades carnavalescas e centros de pesquisa constituem formas de resistência dos afro-brasileiros.

Entretanto, cabe reconhecer que a obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Africana e Afro-brasileira especialmente nas disciplinas de Literatura, História Brasileira e Educação Artística nos currículos de ensino fundamental e médio, que é a temática da lei em questão, é fruto da disposição da constante luta do Movimento

⁵ Informo ao leitor que, neste trabalho, lanço mão de muitas das ideias de OLIVEIRA, Marilene Casanova e SILVA, Renan dos Santos In *Considerações Pedagógicas sobre a Implementação da Lei 10.639/03 na Disciplina de Arte*.

Negro em desafiar, entre outros, o mito da “democracia racial” como um dos pilares da sociabilidade brasileira.

1.1. A LDB/LEI 10.639 e seus vetos

A Lei 10.639 de 09 de Janeiro 2003 alterou a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei 10.639 passou a vigorar acrescida de artigos que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares, também instituiu a data de 20 de novembro no calendário escolar, como o “Dia da Consciência Negra”.

Destaco que não compete apenas aos professores a tarefa de efetivar a Lei 10.639, mas de toda a escola e em todas as disciplinas e que a mesma não deve ser aplicada apenas em projetos dentro de datas comemorativas, mas em todo o decorrer do ano letivo, não somente para que se recupere o orgulho de ser negro, como também uma forma de se buscar, através da pedagogia, o resgate da autoestima e o fim do preconceito e da discriminação racial. Porém, vale lembrar que ao tratar da História da África, não se deve ignorar todo o sofrimento dos negros que foram escravizados e as várias lutas de resistências empreendidas por eles. A respeito da Lei 10.639, vale destacar seus artigos e vetos.

LEI Nº 10.639 DE 9 DE JANEIRO DE 2003⁶

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B.”

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

⁶ LEI 10.639/03. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>

Com base nos termos do Art. 66 do § 1º da Constituição Federal foram vetados alguns dispositivos acrescentados pelo projeto à lei 9394/96, por contrariedade aos interesses públicos.

Dentre os dispositivos vetados destaca-se o Art. 26-A § 3º que indica a organização dos conteúdos curriculares na qual se afirma que “as disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, deverão dedicar, pelo menos 10% (dez por cento) do seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta lei”. Este dispositivo apresenta-se contrário a Constituição, visto que o referido parágrafo não atende ao interesse público na exigência de se observar na fixação dos currículos, os valores sociais e culturais das diversas regiões e localidades.

Outro veto feito foi ao Art. 79-A no qual introduz “os cursos de capacitação para participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria”.

Verifica-se que a lei 9394/96 não disciplina e nem tampouco faz menção em nenhum de seus artigos em cursos de capacitação para professores. O Art. 79-A, portanto, estaria na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo a qual a lei não conterà matéria estranhas a seu objeto (art. 7, inciso II).

1.2. Os conceitos de sociedade pluriétnica e sociedade multicultural

Duas considerações devem ser feitas no que se refere aos principais pontos da Lei 10.639, a importância dos conceitos de sociedade pluriétnica e sociedade multicultural. O entendimento de ambos os conceitos, presentes na lei e destacados acima, quando das razões do veto ao parágrafo § 3º do art. 26-A, acrescentado pelo projeto à Lei nº 9.394, de 1996, são elementos essenciais da educação que se pretende implantar no Brasil.

O conceito de sociedade pluriétnica, aproxima-se bastante do conceito de sociedade multicultural, na medida em que, dele advém e estabelece laços tendo como

referência as diferentes etnias que contribuem para a formação da identidade nacional. É fundamental, ao se pensar numa educação dentro de uma sociedade pluriétnica, promover práticas sociais voltadas para a convivência plena dos cidadãos, desenvolver políticas de reparação para as etnias marginalizadas, incentivar programas de inclusão sócio educacional, valorizar o patrimônio histórico cultural de cada etnia, trabalhar o resgate de sua cultura e memória, esclarecer quem foram os antepassados e que realizações produziram, para que isso ajude a entender e a encontrar no presente, evidências que possam direcionar e intensificar ações que, de algum modo irão conduzir os indivíduos a querer desenvolver seu conhecimento e sua apreciação pela matriz africana a afro-brasileira e analisar sua temática, no caso, a afro-brasilidade nela contida.

Sobre a noção de sociedade multicultural, é importante avaliar que no mundo globalizado de hoje cabe à escola promover um currículo com práticas voltadas para a diversidade. É fundamental que se viabilize uma educação multicultural, o que se requer uma otimização no sistema educacional “(...) criar iguais oportunidades de sucesso para todos os alunos independente de seu grupo social étnico/racial (...)” (GONÇALVES, 2006, p.50). Trata-se de atuar junto à sociedade num constante diálogo para desfazer preconceitos existentes, promover a igualdade de oportunidades e adotar políticas reais de valorização das culturas historicamente marginalizadas. Como sugere Kabengele Munanga, trata-se do resgate da “memória étnica”, que está diretamente ligada a dois temas, identidade racial e a diversidade cultural.

(...) qualquer que seja sua forma, o multiculturalismo esta relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas. Por isso, a discussão sobre multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para a formação da cidadania como pedagogia anti-racista. (MUNANGA, 2004, p.346).

2. Uma reflexão sobre a importância da Arte na Educação: dilemas e perspectivas para a implementação da Matriz Africana no currículo multicultural

Em *A Necessidade de Arte*, Ernest Fischer afirma que o ser humano, desde os primórdios, possuía uma linguagem. Evidentemente, essa linguagem refletia o contexto histórico-social daquele momento específico: “Mesmo como um animal, o homem já dispunha de linguagem”. (FISCHER, 1987, p.31) e era através da arte pré-histórica, também chamada de arte rupestre, que ele registrou sua primeira manifestação, até agora conhecida, como uma forma de representação por meio de imagens. Porém para compreender os grafismos realizados seria necessário o conhecimento do contexto social em que foram formulados. No caso dos desenhos e das pinturas rupestres, a identificação e o significado do sistema gráfico dos grupos étnicos pré-históricos ainda não foram completamente esclarecidos.

Podemos formular algumas hipóteses para essa questão como o quanto a arte era ritualística ou até que ponto o ser humano rompeu com seus próprios conhecimentos e qual seria o real significado dessas imagens. Pode-se supor que há mais incertezas e dúvidas que afirmações quando se trata desse período, em especial quando o tema é arte.

Mas o que é arte? Nem a teoria estética ocidental consegue responder esta questão de forma satisfatória. Para o antropólogo Clifford Geertz (1997) a arte parece existir em um mundo próprio, onde o discurso parece ficar aquém, as palavras parecem que soam vazias. Na sua visão, “poderíamos dizer que a arte fala por si: um poema não deve significar e sim ser (...)” (GEERTZ, 1997, p. 142) A linguagem falada ou escrita parece ser insuficiente, principalmente no que se refere às artes não literárias.

Se o discurso sobre arte é polêmico, se não existe consenso entre teóricos, artistas, críticos e público sobre o que pode ser ou não considerado arte, segundo Geertz (1997) é porque teimamos em vê-la como um empreendimento autônomo em

relação à cultura. Para compreender a arte ou qualquer objeto artístico, na sua visão, requer conhecer a cultura na qual este objeto foi produzido. Conforme suas próprias palavras:

A capacidade de uma pintura fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais ou estátuas), que varia de um povo para outro, bem assim como de indivíduo para outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva (...). (GEERTZ, 1997, p. 165)

Portanto, entender uma cultura e sua arte é também conhecer a sua história, os seus símbolos e significados, pois “A arte e os instrumentos para entendê-la são feitos na mesma fábrica.” (GEERTZ, 1997, p.178). A arte é linguagem elaborada de códigos, de signos e regras. Regras, aparentemente indisciplinadas, pois a arte possui e cria disciplina própria, não linear.

Disso decorre que mesmo que não tenhamos a dificuldade em reconhecer a arte como um fenômeno universal, a sua existência é local. Para Geertz (1997) essa dificuldade, que na verdade não passa de uma incapacidade de reconhecer tamanha diversidade cultural, de diferentes tipos de arte, é que leva muitos estudiosos, principalmente os da chamada “arte primitiva”, portanto também da africana, a acreditar que esses povos não falam de arte ou falam pouco.

Geertz (1997, p. 147) adverte que esses povos falam de arte. A questão é que eles não falam do modo como os estudiosos falam, ou como eles gostariam que seus objetos de estudo falassem, a que privilegia uma abordagem estética ocidental, carregada de formalismo *a priori*, forjada no século XVIII junto com nosso conceito, bastante peculiar de “belas artes”. Portanto, relacionada a um ideal de beleza formal e exclusivamente contemplativo.

Os povos ocidentais falam sobre arte como falam de qualquer coisa fora do comum, emocionante, mas quase sempre seus estudiosos consideram seu discurso como vida cotidiana, comércio, mitos ou coisas semelhantes. Para o autor, deve-se estudar não só a produção artística “do outro”, mas também seu discurso estético e de acordo com os valores das culturas produtoras.

Essa postura não contextualizada facilitaria além de uma visão etnocêntrica, a que desconhece ou desdém o fato de que Picasso tenha ido buscar nas máscaras africanas as soluções formais para seus impasses artísticos. Para esse autor “a maioria das pessoas considera a escultura africana como um Picasso do mato, ou ouve a música javanesa como se fosse um Debussy barulhento (...)” (Geertz, 1997, p. 180-181)

É como se apropriando desse argumento antropológico multicultural que Lúcia Gouvêia Pimentel (2006) constrói sua defesa da arte como área de conhecimento e não um simples dom ou fruto de acontecimentos aleatórios ou mero lazer. Conforme suas próprias palavras,

(...) a arte não é inerente ao ser humano: é construção cultural, ensina-se e aprende-se de maneiras várias, desdobra-se em expressão e instigação, desconstrói-se e constrói-se ininterruptamente, alça vôos e faz pousos constantes. (PIMENTEL, 2006, p. 313)

Com essa visão multicultural ampliam-se também as possibilidades de ensino da arte, que não deve estar restrita apenas ao “culto” da arte europeia, mas às várias culturas existentes na sociedade, bem como na valorização de uma arte múltipla e nas suas mais variadas formas de expressão: pintura, escultura, poesia, música, dança, fotografia etc., todas consideradas como produtoras de profundas emoções e de beleza.

Tendo em vista que o foco dessa pesquisa é a preocupação em aplicar junto às instituições formais de ensino, o disposto na Lei 10.639, as diversas possibilidades do ensino da arte africana a afro-brasileira, para os alunos do ensino fundamental e médio da rede pública e privada, algumas das reflexões de Ana Mae Barbosa (2002) também se aplicam ao nosso propósito.

Sua análise leva em conta o promulgado na Lei de Diretrizes Brasileira – LDB (Lei nº 9.394/96) no ensino fundamental e médio e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997), que imputam à arte a mesma importância das demais disciplinas,

Como bem adverte Barbosa (2002, p. 14), mesmo que a arte possua um lugar reservado no currículo, nem a mera obrigatoriedade, nem o reconhecimento da necessidade são suficientes para garantir a sua existência.

O que deve ser retido do argumento dessa autora é o fato de que “Leis pouco garantem um ensino/aprendizagem que torne os estudantes aptos para entender a arte ou a imagem na condição pós-moderna contemporânea.” (BARBOSA, 2002, p. 14). Pode-se supor que, os professores que em sua formação também não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação do nosso país, entrem em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar o ensino da arte. Nesse sentido, este ponto pode ser visto como mais um obstáculo diante da lei.

Entretanto, além dessa necessidade de formação adequada e atualização dos professores, há que acrescentar a falta de recursos e apoio pedagógico, de espaço físico e de materiais adequados. Pois, mesmo que mudanças possam ser percebidas, que novas metodologias e práticas compromissadas com a diversidade cultural, com a história, com a livre expressão estejam sendo, mesmo que timidamente contempladas, Barbosa (2002, p.14) aponta para outras necessidades também essenciais, como a de compreensão da arte, a valorização na relação do fazer, ler (apreciação interpretativa) e contextualizar (histórica, social, antropológica e ou estética).

Mas, e o ensino das Artes? Qual é a importância de uma educação artística? Geertz (1997, p. 149) vê a arte como uma forma de sensibilidade, uma possibilidade de o ser humano entender o contexto ao seu redor e relacionar-se com ele.

Como foi mencionado acima com a visão de Pimentel (2006), tratando-se do ensino da arte, se torna ainda mais complexo elaborar este conceito. Pois, se do ponto de vista do senso comum, a arte não é pensada nem proposta como conhecimento, mas abordada mais como uma fonte de inspiração e talento, às vezes apenas como lazer, a própria lei que oficializou a arte na educação (LDB nº 5.692/71), funda-se uma concepção filosófica que propõe a arte como mera atividade, destituída de um

caráter de disciplina que colabora na formação e construção do conhecimento humano.

Essa visão idealizada de arte é bastante difundida nas escolas e pela escola, reforçada pelos meios de comunicação de massa e respaldada pela legislação se transforma num dos mais sérios problemas da educação escolar em arte de caráter reconstrutor.

Importante ressaltar que após a oficialização da arte na educação ocorreu num momento histórico nacional de cunho conservador, o que a princípio despertou certa desconfiança dos setores mais progressistas da educação brasileira em relação à arte na educação.

O que se quer é o ensino da arte de qualidade como um ato político que precisa ser efetivado. Ou seja, o ensino de arte na realidade da educação escolar deve garantir a todos o acesso a conteúdos ligados às realidades sociais e suas contradições.

Sendo assim, a inclusão da matriz africana e afro-brasileira, dentro e além dos muros da escola, pode ser alcançada, desde que haja vontade e preparo para tal. A proposta da transversalidade no currículo atua nas escolas reunindo disciplinas em torno de um tema comum e, como procuramos mostrar, a arte e a temática do multiculturalismo são disciplinas afins. Sendo um pressuposto que aparentemente se apresenta como único, a multiculturalidade é, de fato, extremamente complexa, pois tem que considerar as diversas facetas das culturas minoritárias e das culturas dominantes da sociedade, tendo a escola como palco de negociações.

Para o nosso propósito, cabe ainda ressaltar a visão de estudiosos que imputam à arte além de uma função social, fins pedagógicos. Roger Bastide (2002) ao analisar a ação da arte na sociedade, aponta a existência de dois tipos de artistas: os que são partidários da “arte pela arte”, preocupados somente em realizar a “beleza”, sem a preocupação com a repercussão que sua obra possa ter na vida social e os românticos, os que acreditam que sua arte possa servir ou a sociedade em geral ou a um grupo particular, religioso ou político, por exemplo. (Bastide, 2002, p. 182).

Nesse mesmo estudo o autor nos lembra da teoria que vê a arte como uma linguagem, como um sistema de sinais, valores, símbolos, portanto como um instrumento de propagação de ideias. A política, a religião, a guerra, a magia e várias outras dimensões da vida social sempre se apoderaram da arte como um meio para atingir fins coletivos.

Marilena Chauí (2000) afirma que a produção artística e a sua apreciação podem possibilitar uma leitura reflexiva da realidade, gerar perplexidade, comoção, provocar reação, desalienação e incomodar os acomodados. Nessa perspectiva, ela vê a arte como engajada ou comprometida, a serviço da emancipação do gênero humano, oferecendo-se como instrumento do esforço de libertação. Chauí cita vários exemplos de artistas engajados tanto no Brasil como no mundo: o teatro de Brecht e o de Augusto Boal; a poesia de Maiakovski e a de Pablo Neruda, a de Ferreira Gullar e José Paulo Paes; o romance de Sartre e o de Graciliano Ramos; o cinema de Eisenstein e Chaplin, e o Cinema Novo; a pintura de Picasso e a de Portinari; a música protesto dos anos 60-70 de Edu Lobo, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Milton Nascimento, entre outros. Artistas que imputaram à arte a tarefa da crítica social e política, interpretação do presente e imaginação da sociedade futura.

Segundo Chauí (2000, p. 415), “como expressão, as artes transfiguram a realidade para que tenhamos acesso verdadeiro a ela. Desequilibra o instituído e o estabelecido (...)”, revelando e manifestando a essência da realidade que de outro modo ficariam adormecidas em meio ao nosso cotidiano.

A arte inventa um mundo de cores, formas, volumes, massas, sons, gestos, texturas, ritmos, palavras, para nos dar a conhecer nosso próprio mundo. A arte como expressão procura exprimir o mundo através do artista. Ao fazê-lo, leva-nos a descobrir o sentido da Cultura e da História. (Chauí, 2000, p. 416)

2.1. O Artista plástico Jorge dos Anjos: breve relato sobre sua trajetória

Torna-se importante explicar que a opção pelo artista Jorge dos Anjos, leva em conta o universo ao qual se destina este trabalho – alunos do ensino fundamental e médio – tal como promulga o art. 26-A, exposto no primeiro capítulo deste trabalho, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Jorge Luiz dos Anjos nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais em 1957. É pintor, escultor e desenhista. A inspiração para a arte veio da própria cidade e seu cenário barroco, bem como pelas cores de Nello Nuno⁷ e as estruturas tridimensionais de Amilcar de Castro⁸, dos quais foi aluno. Em 1984, ao viajar para a Bahia, passou a ter mais proximidade com elementos do candomblé e os agregou em sua arte. Em 1987, Jorge dos Anjos passou a criar projetos em papelão para suas esculturas. Por meio da construção de suas esculturas entre cheio e vazio, positivo e negativo, revela assim o seu aprendizado fundamental com Amilcar de Castro. Seus desenhos, pinturas e chapas metálicas recortadas mantêm a tensão e a abertura dos signos abstrato-geométricos.

Em 1989, mudou-se para Belo Horizonte para ampliar as possibilidades de trabalho. Em 2006, o artista constrói a obra *Portal de Iemanjá* para a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, obra que mostra em sua plasticidade referências múltiplas, erudição artística, domínio de meios e escalas, onde apresenta possibilidades comunicantes atuais da vertente artística afro-brasileira.

⁷ Nello Nuno de Moura Rangel (Viçosa/MG 1939 – Lagoa Santa/MG 1975). Pintor, desenhista e professor.

⁸ Amilcar Augusto Pereira de Castro (Paraisópolis/MG 1920 – Belo Horizonte/MG 2002). Escultor, gravador, desenhista, diagramador, cenógrafo e professor.



Jorge dos Anjos, *Portal de Iemanjá*, recorte em aço, 600x500x20 cm, 2006, Pampulha, Belo Horizonte. Foto: Mário Felipe.

Em 29 de junho de 2010, foi lançado o livro *Risco, Recorte, Percurso*⁹ composto pela cronologia artística e análise da produção de Jorge dos Anjos. O livro conta com a adesão de nomes consagrados na cena artística mineira com prefácio do historiador Roberto Conduru, análise crítica de Márcio Sampaio e Joëlle Busca, poemas de Gustavo Penna, Ricardo Aleixo e Tavinho Moura, além de projeto gráfico de Marconi e Marcelo Drummond.

Outras obras do artista estão presentes nos livros *Revue Noire-Brésil Afro-brasileiro* (1996), *Um século de História das Artes Plásticas de Belo Horizonte* (1997) e *Visagens*(1998).

Embora resida em Belo Horizonte, Jorge dos Anjos em momento algum deixou sua cidade natal, ele se mantém envolvido no projeto Mata dos Palmitos¹⁰ e é constante

⁹ ANJOS, Jorge Luiz dos Anjos. *Risco, Recorte e Percurso*. Org.: ANJOS, Irena Seabra dos e MELO, Janaina. Ed. C/Arte, 2010. 212p. ISBN: 8576540770.

¹⁰ Projeto Mata dos Palmitos-Ouro Preto, representa um marco na produção limpa do artesanato em pedra-sabão e na garantia de preservação do patrimônio cultural desta comunidade, servindo também com um modelo a ser replicado em benefício de outras comunidades do Município de Ouro Preto.

sua presença em movimentos voltados à preservação do patrimônio cultural local, bem como à investigação de signos da cultura africana.

2.2. Jorge dos Anjos: Exposição Alfabeto Negro, minha experiência e seus desdobramentos

Em setembro de 2013, trabalhei como gestora de projetos na Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade e uma das minhas atribuições era em parceria com o superintendente e também curador Marconi Drummond, propor exposições e ações mediadas para a agenda mensal.

Potencializando as comemorações “Primavera de Museus”, evento em nível nacional, que mobiliza os museus brasileiros e em 2013 propunha ações programadas em torno do tema “Museus, Memória e Cultura Afro-Brasileira”, tivemos a ideia de levar para Itabira, a exposição “Alfabeto Negro” do artista Jorge dos Anjos.

As obras do artista ocuparam a Galeria e os jardins da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade em Itabira/MG. A exposição também fez parte dos eventos de comemoração da Semana da Cultura Popular, realizados em setembro e seu encerramento estava previsto para o dia 30/10, porém solicitei que o artista permitisse que suas obras permanecessem em exposição até 20/11, data que se comemora Dia Nacional da Consciência Negra. Jorge dos Anjos concordou com minha solicitação e o prazo foi prorrogado.

A proposta inicial era que através das obras de Jorge dos Anjos, o público visitante pudesse experimentar durante a exposição a vivência e as propostas do artista, compreender a dissolução das fronteiras entre a arte e a vida, entre o espaço expositivo e o espaço que existe para além de seu território.

No ciclo de trocas estabelecidas, as ações e proposições desenvolvidas durante o período expositivo, acabaram por criar novos sentidos para os visitantes e incentivar pesquisas realizadas nas escolas sobre a diáspora africana, as punições infligidas

ao corpo, suas experiências no Novo Mundo e outras proposições levantadas pelos próprios alunos, conforme relato de alguns pais e professores.

Em algumas visitas de grupos escolares, procurei buscar através da experiência dos alunos, ressaltar a relação das imagens de alguns livros didáticos, principalmente aqueles adotados na disciplina de História do Brasil, onde aparecem pinturas, realizadas no séc. XIX pelos pintores Rugendas¹¹ e Debret¹² imagens onde geralmente os negros são representados de maneira pacífica e submissa, exercendo suas atividades ou mesmo quando estavam sendo castigados e os registros feitos no feltro pelo artista, que remetiam as “marcas de violência” que eram infligidas aos escravos.

Esses diálogos geravam desdobramentos que iam além da temática da escravidão. Mas também, ressaltavam questões que envolviam a dança, a música, o artesanato e as artes visuais em toda sua plenitude, exuberância e riqueza cultural.

As visitas mediadas propuseram ações coletivas e individuais que visavam compreender e ampliar o sentido das experiências ocorridas durante a visita.

Como foi mencionado, a exposição era composta de peças em feltro, marcadas com padrões a ferro em brasa, estes materiais que compunham esta obra em especial, exalavam um forte odor de carne queimada, o que causava mal estar e/ou repugnância em alguns visitantes, inclusive, algumas pessoas preferiam não ficar na galeria, devido o cheiro da obra. O vídeo “A ferro e fogo”¹³ de Ricardo Aleixo com

¹¹ Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 29 de março de 1802 – Weilheim na der Teck, 29 de maio de 1858). Foi um pintor alemão que viajou por todo o Brasil durante o período de 1822 a 1825, pintando os povos e costumes que encontrou. Rugendas era o nome que usava para assinar suas obras. Cursou a Academia de Belas Artes de Munique, especializando-se na arte do desenho.

¹² Jean-Baptiste Debret (Paris, França, 18 de abril de 1768- Paris, França, 11 de junho de 1848) Foi um pintor, desenhista e professor francês. Integrou a Missão Artística Francesa (1817), que fundou, no Rio de Janeiro, uma academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes, onde lecionou. De volta à França (1831) publicou Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1834-1839), Nele podem ser encontrados vários tipos brasileiros, entre eles o comerciante, o caboclo e principalmente, o escravo que vivia no Rio de Janeiro.

¹³ Disponível para visualização em <https://www.youtube.com/watch?v=X2NCiUz74nM>. Tempo: 9:16min.

Jorge dos Anjos, era reproduzido para que os visitantes pudessem acompanhar uma parte do processo de criação do artista.

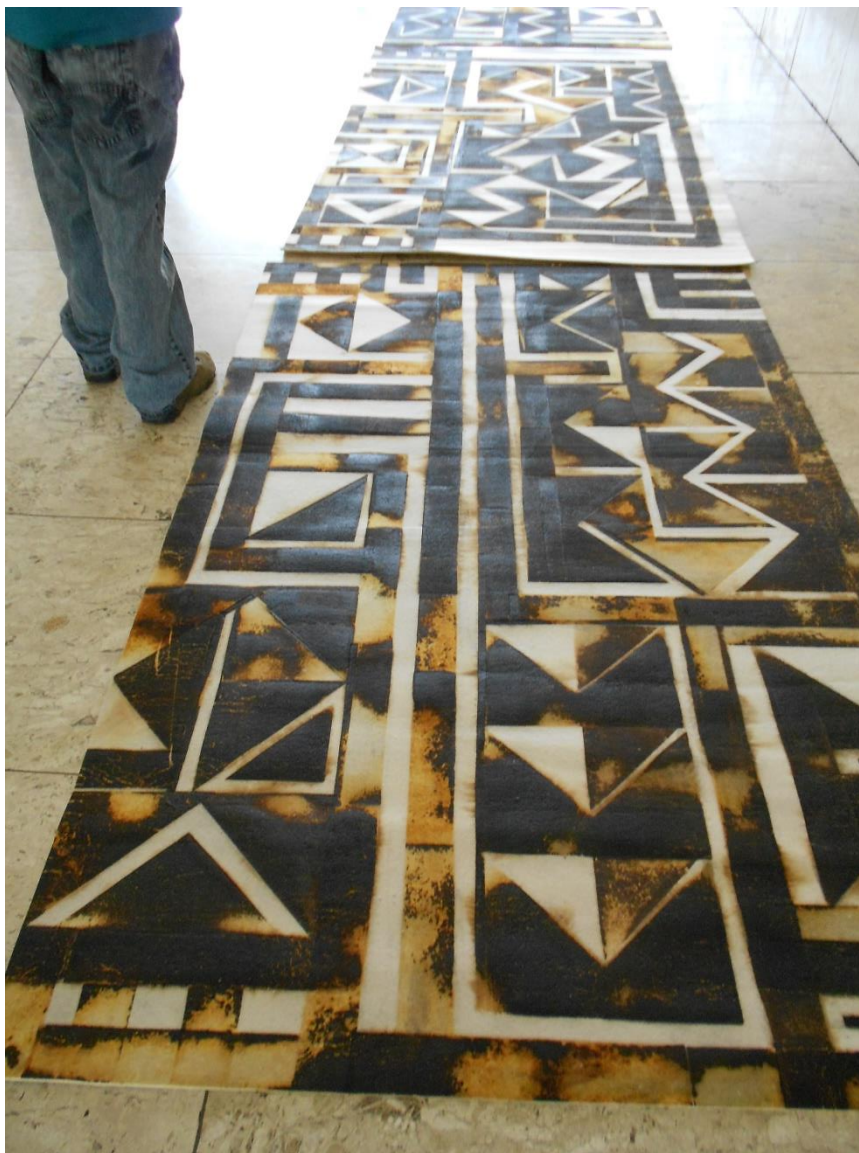


Fig. 1. Início da montagem dos painéis.

As outras obras que compunham a exposição eram seis totens em madeira e três grandes esculturas de ferro, cada escultura tinha o peso estimado entre 700 a 1000kgs, fato que exigiu uma estrutura de cuidados extras, para o seu transporte de Belo Horizonte até Itabira e também durante o seu retorno para o ateliê do artista.

As três grandes esculturas em ferro ocuparam os jardins da Fundação e alcançaram o maior público durante sua permanência, seja pelos visitantes que se propuseram a visitar a exposição “Alfabeto Negro” ou pelo público que trafegava pelo local.

Foram instaladas luzes especiais no local para que durante o período noturno, elas pudessem ser vistas em com seus vazios e cheios, acentuando a dimensão abstrata do confronto dos signos construtivos e religiosos, representados tridimensionalmente pelo artista.

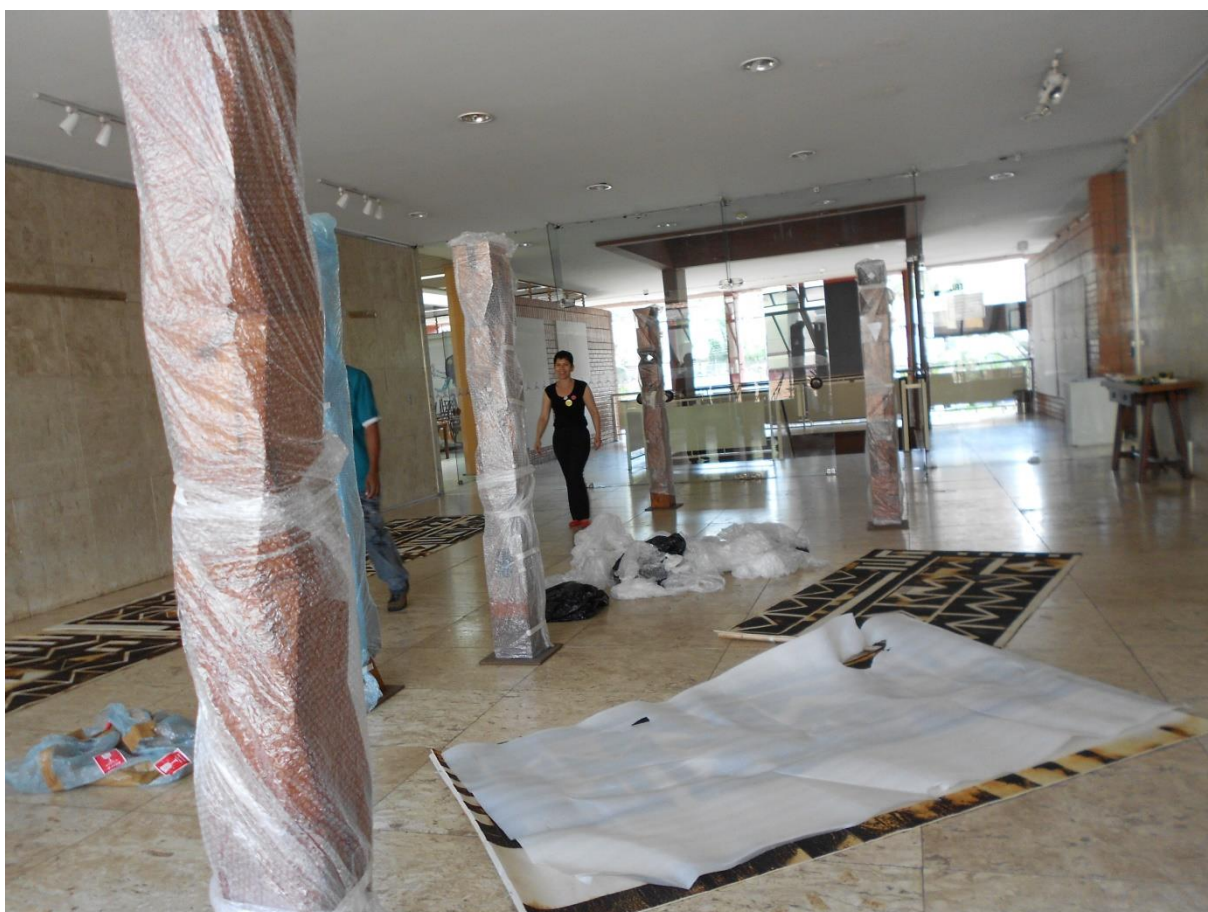


Fig. 2. Chegada das obras e início da montagem. Equipe de montagem: curador Marconi Drummond, assistente de curadoria Ana Cristina Azevedo e os técnicos Willian, Wesley, Flaviano e Weverson.



Fig. 3 – Duas das três esculturas de ferro que foram instaladas nos jardins da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, próximas a estátua permanente do poeta Carlos Drummond de Andrade.

O artista Jorge dos Anjos optou por não acompanhar o trabalho de montagem, deixando que todo o processo de montagem fosse definido pela equipe de curadoria. Ele participou do coquetel de abertura da exposição, recebendo os convidados presentes para uma conversa informal sobre seu trabalho e obras.

Quando questionado por alguns convidados presentes na abertura da exposição, sobre a falta de títulos de seus trabalhos presentes, ele respondeu: “Não dou título. Deixo em aberto, cada um vê e interpreta do seu jeito. Se você batiza, acaba reduzindo a leitura. Os nomes servem para explicar algo, mas prefiro deixar em aberto”, conclui.

3 – A Arte Africana e Afro-Brasileira e suas possibilidades para o Ensino da Arte

No vasto continente africano, verifica-se a presença de culturas distintas, que adotam religiões, línguas e valores culturais diversos e criam manifestações artísticas próprias. Trata-se de uma região que durante séculos foi marcada por disputas tribais e pelo tráfico de escravos, que destruíram várias comunidades e ricas culturas.

Até o século XX, havia um intenso interesse comercial da Europa pela África, o que provocou uma invasão de europeus à costa africana, principalmente os portugueses, que se tornaram importantes intermediários entre a produção africana e a importação de produtos europeus. Entre outros produtos de origem africana, destaca-se o artesanato da cerâmica e as esculturas de marfim que eram amplamente comercializadas nos países europeus.

Percebe-se que distante das regras e dos conceitos que determinaram a história da arte desde a Grécia antiga e, mais tarde na Renascença, a arte africana permaneceu alheia aos movimentos artísticos e estilos europeus.

A aproximação mais sutil ocorreu com a arte islâmica, criando um viés artístico votado a pintura não figurativa, o que sugere uma função mais decorativa podendo-se comparar que a prática da pintura bidimensional não tenha sido tão aplicada entre os africanos, que priorizaram os objetos tridimensionais e a tapeçaria, sem preocupação com estudos de proporção ou perspectiva,

Na arte africana, a maioria dos artistas é anônima, salientando a função social do objeto artístico. No entanto, alguns estilos já podem ser identificados entre os artistas de ateliês de várias comunidades.

Como no caso do artista camaronense Samuel Fosso¹⁴, cujo trabalho representa a sociedade, a cultura e a arte africana. Seu meio de expressão são os autorretratos, produzidos em fotografia. A cada fotografia o artista se transforma em um personagem quase teatral inserido em um ambiente que simboliza a ambiguidade e o contraste da sociedade por meio dos objetos escolhidos do vestuário e da decoração.



Fig. 1 – Samuel Fosso, autorretratos, 2008.

Já a obra do artista El Anatsui¹⁵, professor de escultura na Universidade da Nigéria, relaciona a tradição têxtil africana com os produtos da economia do resto do mundo. Nas suas instalações, o padrão africano está presente como um emblema de força e poder, combinando com objetos descartados da sociedade de consumo, como tampinhas de garrafas amassadas.

¹⁴ Samuel Fosso (República de Camarões/África -17 de julho 1962) fotógrafo que usa em seu trabalho autorretratos que adotam uma série de personas, muitas vezes comentando sobre a história da África.

¹⁵ El Anatsui (Gana, 1944) vive e trabalha na Nigéria desde 1975. Durante quarenta anos ele conciliou suas atividades como artista e como professor de escultura na Universidade da Nigéria, Nsukka. Sua atividade como escultor é marcada por uma incansável experimentação com as mais variadas formas e materiais (de bandejas de madeira a tampas de garrafas, passando pelo barro), além de abordar questões históricas, políticas e sociais.



Fig. 2 – El Anatsui, Drifting Continentes, 2009.

A influência da arte africana na produção de artistas plásticos brasileiros é bem significativa. Entre vários artistas que trabalham com a temática africana, destacam-se os emblemas geométricos representados na obra de Rubem Valentim (1922-1991), as figuras geometrizadas da paulista Niobe Xandó (1915-2010), esculturas de Agnaldo Manoel dos Santos, (1926-1962), as pinturas de Gonçalo Ivo (1958), as imagens com suas bocas costuradas da paulistana Rosana Paulino (1967), as esculturas ritualísticas de Mestre Didi (1917-2013) e como já foi mencionado e tema principal deste trabalho, as obras do artista mineiro Jorge dos Anjos (1957).

Diante disto, proponho o Projeto de Pesquisa sobre a vida e obra do artista Jorge dos Anjos, que irá contribuir com uma maior compreensão e conhecimento da arte africana e afro-brasileira, através dos materiais que serão pesquisados, produzidos e compartilhados pelos alunos e professores envolvidos, tornará possível elaborar e efetivar atividades curriculares diversificadas e assim legitimar conhecimentos da matriz africana, bem como práticas educativas que visem medidas contra o racismo presente nas escolas e na sociedade.

3.1. A Arte do artista plástico Jorge dos Anjos: Alguns Apontamentos

3.1.1. Justificativa

Este projeto justifica-se porque, devido a obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Africana e Afro-brasileira especialmente nas disciplinas de Literatura, História Brasileira e Educação Artística nos currículos de ensino fundamental e médio, conforme a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, reforça a necessidade de se introduzir nas aulas de arte uma abordagem mais profunda da arte e cultura africana e afro-brasileira.

3.1.2. Objetivo Geral

Possibilitar aos alunos conhecer a vida e obra do artista mineiro Jorge dos Anjos e a importância da lei 10.639 que torna obrigatório o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira.

3.1.3. Objetivo Específico

Potencializar atividades artísticas e culturais acompanhadas de ações que promovam formas de combater o racismo na escola e da sociedade e a valorização da arte e cultura africana e afro-brasileira.

3.1.4. Metas

Este projeto torna-se relevante ao possibilitar aos alunos e professores envolvidos, conhecerem e compartilhar informações a respeito da vida e obra do artista Jorge dos Anjos e alguns signos da Cultura Africana e Afro-brasileira.

3.1.5. Metodologia

Linha do tempo elaborada a partir da cronologia do artista – É importante propor aos alunos os diversos tempos: tempo biológico, cronológico e o histórico. A

construção da linha do tempo dará aos alunos a possibilidade de perceber como a história do artista é uma parcela que se transforma em gesto criador, fazendo parte de sua obra; como ocorre sua formação, podendo perceber as influências de outros artistas e tendência estéticas, numa troca constante de informação.

A linha do tempo também poderá conter as releituras dos alunos, considerando as obras que eles elegeram como as mais importantes no período.

Vídeo-depoimento - Utilizar as ferramentas virtuais mais próximas a vivência dos alunos, para propiciar um espaço para assistirem vídeos, sobre o artista e suas obras. Trabalhar a emoção, o olhar e a atenção. Aproximar o artista do aluno.

Internet - Estimular a navegação virtual pelas imagens e textos sobre o artista pesquisado.

Glossário - Criar um glossário pessoal, no qual o aluno possa registrar as palavras novas e perceber quais são utilizadas no dia a dia, que são de origem africana. Essa atividade irá possibilitar à ampliação do conhecimento e significado de novas palavras.

Registro - Registrar todas as fases do projeto através dos diversos portadores: textos produzidos pelos professores e alunos, trabalhos artísticos produzidos, fotos, vídeos e outros desdobramentos que tenham sido realizados durante todo o processo. O registro irá possibilitar a avaliação do processo e permitirá a continuidade do trabalho.

Duração - O projeto pode ser estendido por 04 aulas, em uma série de ações educativas e culturais, que favoreça a produção e divulgação sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira.

3.1.6. Recursos Humanos e Materiais

O projeto irá envolver alunos e professores do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II.

Os materiais necessários serão: cola, tesoura, arames, papéis com diversas texturas e cores, livros, revistas, jornais, internet, 01 máquina fotográfica, depoimentos e entrevistas do artista, espaço reservado que possibilite assistirem a vídeos e para exposição final dos trabalhos desenvolvidos durante o projeto.

3.1.7. Cronograma

Cronograma de Desenvolvimento do Projeto	1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula
Apresentação da proposta e divisão de tarefas de cada grupo	X			
Desenvolvimento de atividades		X	X	
Revisão das atividades desenvolvidas e montagem da exposição			X	X
Apresentação para demais membros da escola				X

4 - Considerações Finais

Resta acrescentar que, sem a pretensão de esgotar um tema tão complexo, sobre a importância da implementação da Matriz Africana no currículo multicultural, seus dilemas e perspectivas, o que este trabalho procura oferecer, são exemplos de expressões artísticas e culturais comprometidas com essa questão, possibilidades de leitura de obras e a expressão artística de alguns artistas plásticos e em especial do artista Jorge dos Anjos, que trabalham com a temática africana e afro-brasileira.

O objetivo é o de promover o entendimento de que, quando motivado e instrumentalizado, qualquer ser humano é igualmente capaz, independente da cor da pele e de outras diferenças, de desenvolver a sua capacidade do fazer artístico e a sua apreciação pela arte, compreender sua temática e identificar intercâmbios culturais que, aliás, é o que enriquece tanto a multiplicidade de manifestações artísticas, quanto as culturas que as produzem, além de ser possível preservá-las para as gerações futuras.

Ensinar História e Cultura africana e afro-brasileira não é mais uma questão de vontade pessoal ou de interesse particular. A partir da inserção da lei 10.639 fica clara a necessidade imediata de divulgar e produzir conhecimentos da matriz africana. Para tal, como se procurou mostrar, torna-se essencial uma mudança de atitudes, valores e posturas que promovam o reconhecimento junto à sociedade de nossa pluralidade étnico-racial. Acredito que assim poderemos almejar o devido respeito aos direitos legais de cada indivíduo e a valorização não somente da identidade cultural africana e afro-brasileira, mas de outras culturas que, direta ou indiretamente, também contribuíram e contribuem para a formação da cultura brasileira.

5 – REFERÊNCIAS

- CANTELE, Ângela Leonardi. *Arte e Habilidade*: São Paulo: IBEP, 2007. (Coleção *Arte e Habilidade*).
- CONDURU, Roberto. *Arte Afro-Brasileira*. Projeto Pedagógico: Lúcia Gouvêa Pimentel e Alexandrino Ducarmo. Coord.Editorial: Fernando Pedro da Silva e Marília Andrés Ribeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. 128 p.
- CHAUÍ, Marilena. “O Universo das Artes” In *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo: 2000. p. 402-458.
- FISCHER, Ernest. *A Necessidade da arte*. Rio de Janeiro. São Paulo: Guanabara, 1987. 135 p.
- GEERTZ, Clifford. “A arte como sistema cultural” In *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. pp. 142-181.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: ed. 34, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 104 p.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 410 p.
- LEI 10.639. Texto disponível em: <http://legis.senado.gov.br/sicon/index.jsp>. Acesso em: 05 de jun de 2015
- LOPES, Ana Maria. ARNAUT, Luiz. *História da África. Uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.
- LOPES, José de Sousa Miguel. *Educação e Cultura africanas e afro-brasileiras: cruzando oceanos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Linha ed. Tele e texto, 2009. 224 p.
- MUNANGA, Kabengele. *Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira. Teoria e prática da educação*. Universidade Estadual de Maringá, Maringá: v. 7, n.3, set./dez. 2004. pp. 343-348

SANTOS, Denise. *Orientações Didáticas em Arte Educação*. Coordenação: SILVA, Fernando Pedro da, SANTOS, Denise. Belo Horizonte: C/Arte, 2ª impressão, 2008. 96 p.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 163p.